

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARTICIPATIVO DE TURISMO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL - FORMAÇÃO DE CIRCUITOS E ROTEIROS NÃO CONVENCIONAIS.

Louise Prado Alfonso

**Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de
São Paulo – Brasil - louisealfonso@usp.br**

RESUMO

Este trabalho busca discutir como a atividade turística vem se desenvolvendo no Brasil, principalmente em relação ao desenvolvimento turístico sustentável e à inserção do patrimônio arqueológico como atrativo turístico. Indica a aproximação entre o turismo e a arqueologia como uma forma de propiciar a democratização do conhecimento arqueológico, de trazer melhorias econômicas e sociais às comunidades envolvidas na atividade, bem como gerar ações de preservação dos patrimônios natural e cultural, em especial o arqueológico.

Apresenta um estudo de caso sobre a estruturação de Circuitos e Roteiros de turismo arqueológico não convencionais, voltados à sustentabilidade e à ações participativas. Trata-se de importante exemplo para outras regiões que buscam o desenvolvimento de turismo arqueológico, pois apresenta metodologia, ações, propostas e resultados documentados. Demonstra a importância de se ter uma compreensão sobre Paisagem e o Patrimônio arqueológico, bem como das características patrimoniais, de infra-estrutura e da atividade turística da região que busca sua inserção no turismo.

Palavras Chaves: Patrimônio Cultural e Natural, Turismo Sustentável, Sítios Arqueológicos, Circuitos não-convencionais, Ações Participativas

INTRODUÇÃO

O turismo no Brasil, desde a década de 60 do século XX até princípios do século XXI, foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. A embratur, por décadas, foi responsável pela estruturação da atividade do turismo e sua divulgação para os mercados interno e externo. Desde sua formação, o Instituto incentivou a atividade turística no país divulgando, dentre seus principais atrativos, os bens naturais, em especial as praias. Apenas no final do século XX o Governo Brasileiro começou a “explorar”, de forma mais sistemática, o patrimônio cultural nacional como atrativo turístico. Com a criação do Ministério do Turismo, o Instituto passou apenas a ser responsável pela divulgação do Brasil para o turismo ficando sob responsabilidade do novo Ministério a estruturação da atividade turística. Foi dentro deste processo de mudanças, que em 2003, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Turismo que institucionalizou o Programa de Regionalização do Turismo nacional.

Tal programa visa a gestão descentralizada do Turismo favorecendo seu desenvolvimento nos níveis local, regional, estadual e nacional, porém de forma articulada, tendo como objetivos:

“... ampliar e qualificar o mercado de trabalho; qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar o consumo turístico no mercado nacional; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo turístico no mercado nacional e aumentar o tempo de permanência e gasto médio do turista.” (Ministério do Turismo 2005 7)

O Programa de Regionalização propõe “a estruturação de roteiros integrados entre municípios” (Ministério do Turismo 2005 7) isto é, entre municípios vizinhos ou que possuam características atrativas semelhantes. Como resultado, muitos municípios que antes não se consideravam turísticos passaram a fazer parcerias e a buscar a estruturação para o turismo. Em 2006, durante o Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, evento nacional de divulgação da oferta turística brasileira, foram apresentados 396 roteiros turísticos, estes envolvendo 1027 municípios e 149 regiões turísticas. Muitos destes roteiros, frutos do programa de regionalização do turismo. No Salão de Turismo de 2009 foram apresentadas 200 regiões turísticas e 3.819 destinos envolvidos em circuitos em todo Brasil.

No anseio de desenvolver a atividade, os municípios passaram a inventariar o patrimônio natural e cultural local para verificar sua potencialidade e incentivar a estruturação de atrativos. Neste contexto, bens patrimoniais até então não valorizados pela atividade turística brasileira, passaram a ganhar força como atrativos diferenciais. É o caso dos museus e alguns bens históricos e arqueológicos. Segundo o site oficial da Embratur, o Brasil possui cerca de apenas uma dezena de roteiros e atrativos arqueológicos, sendo a principal referência brasileira em arqueologia o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí (região norte do País); os demais destinos arqueológicos do Brasil seriam: o Parque Nacional de Sete Cidades, também localizado no Piauí; a Chapada Diamantina no estado da Bahia; no estado de Minas Gerais, pode-se visitar o Parque Nacional da Serra do Cipó; no estado do Mato Grosso, a Chapada dos Guimarães; e, por fim, o Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro (Ministério do Turismo 2009). Trata-se de um ínfimo número de atrativos, vinculados a parques nacionais ou estaduais, inseridos no turismo convencional brasileiro.

Porém, pode-se notar um aumento considerável no número de atrativos arqueológicos sendo estruturados informalmente em todo o Brasil, visando sua inserção no turismo. Percebe-se ainda o interesse dos municípios em divulgar sítios e escavações arqueológicas como turísticos sem qualquer planejamento ou estruturação, muitos, inclusive, já recebendo fluxo espontâneo de visitantes.

Diante de tal evidenciação, tornam-se imprescindíveis os trabalhos que analisem o turismo arqueológico no país e também os estudos de caso detalhados que sirvam de exemplo, positivo ou negativo, de tentativas de desenvolvimento de turismo sustentável que envolva o patrimônio arqueológico, no Brasil. Poucos são os estudos de caso bem documentados que possam vir a auxiliar municípios e profissionais a desenvolver um produto sustentável, que objetive a preservação do patrimônio e auxilie a democratização do conhecimento arqueológico. É na tentativa de contribuir para o crescente debate sobre o desenvolvimento de circuitos e roteiros sustentáveis de turismo arqueológico que este texto apresentará os resultados do Projeto Circuito Arqueológico do Sertão Alagoano. Municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia.

ALGUNS CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES

As bases para o turismo, como conhecemos hoje, foram estabelecidas no século XVI quando se dava o Grand-Tour, que se tratava de viagens de estudos, com duração de dois a três anos, feitas por jovens da nobreza e da burguesia inglesa. O Turismo, assim, foi iniciado de forma elitista,

apenas envolvendo a aristocracia. As viagens de estudos foram seguidas pelo turismo de saúde, com tratamentos termais, que também era realizado pelos grupos abastados.

A partir da década de 40 do século XIX o turismo de massa passou a ser estabelecido. Foi neste período que se iniciaram os pacotes organizados, fretamentos para transporte de grande número de passageiros, a elaboração de guias turísticos e profissionais que se dedicavam a organizar viagens. O turismo que teve sua origem elitista passa a ser consumido também pelas massas.

Por muito tempo este turismo de massa foi extremamente criticado por seu poder de destruição, já que a atividade se desenvolveu de forma não planejada e irresponsável por todo o mundo. Hoje o turismo passou a considerar seu papel social, por exigência de turistas e profissionais mais conscientes, e a tendência da atividade turística é a criação de propostas sustentáveis. Muitas destas propõem um distanciamento entre este turismo de massa, também conhecido como turismo convencional, e o desenvolvimento de um tipo de turismo não convencional. A principal diferença entre estes dois tipos de turismo é a forma de condução e estruturação da atividade, bem como objetivos dos turistas ao viajar. Enquanto o turismo convencional lota aviões, elege destinos específicos e realiza uma certa padronização de viagens e serviços a serem oferecidos aos visitantes, o turismo não convencional privilegia grupos menores, com atendimento individual e especializado, busca a sensibilização quanto ao meio ambiente, às diferenças culturais e sociais durante toda a experiência turística.

Deste modo, com o intuito de minimizar os aspectos negativos que a atividade turística apresentou desde o início do turismo de massa, vem sendo reivindicado desde a década de 70, um turismo desenvolvido com responsabilidade social e ecológica, hoje denominado de turismo sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi difundido a partir do relatório da comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento encomendado pela Assembléia das Nações Unidas, em 1983 (OMT 2002 15). Tal relatório apresenta os três eixos principais deste conceito, que seriam: o crescimento econômico, a igualdade social e o equilíbrio ecológico.

Seguindo tais eixos, o turismo sustentável tem como objetivo a estruturação da atividade turística de modo a gerar benefícios econômicos, bem estar das comunidades receptoras, atendendo as necessidades e anseios dos turistas e conservando a paisagem, a natureza e traços culturais característicos das regiões visitadas (Krippendorf 1985). Para a Organização Mundial do Turismo (OMT 2002), o desenvolvimento turístico sustentável é um processo contínuo, com ações de manejo que possam prever e minimizar impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos, quando necessário.

Contribuindo para este debate, Krippendorf (1985) ainda propõe a Humanização do Turismo que seria evidenciar a importância do Ser humano e do meio ambiente no desenvolvimento turístico, colocá-los em posição de igualdade aos interesses econômicos, visando a implantação do Turismo de forma benéfica às mais diferentes áreas de sua abrangência, e garantindo a longevidade do produto. O debate de sustentabilidade do turismo também inclui o planejamento

turístico a curto, médio e longo prazo, com monitoramento e análise da valorização econômica, ambiental e sócio-cultural.

Assim, a estruturação da atividade de forma sustentável requer um planejamento estratégico direcionado. Para Cardozo (2008 9) entende-se por planejamento sustentável do turismo aquele que “envolve e considera o meio ambiente, profissionais, a sociedade local, a economia, e política no sentido de abranger a máquina estatal. Quando um desses aspectos falha, a sustentabilidade falhará também no seu intuito. Dessa forma, apenas poderá ser garantida a sustentabilidade turística da localidade se todos esses eixos trabalham em sincronia.”

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil yo le agregué esto a la referencia (2005), o planejamento estratégico do turismo deve ser realizado de forma integrada e participativa, oferecendo os meios adequados para sua implementação e administração. A elaboração de tal planejamento deve incluir ações e instrumentos participativos em todas as suas etapas. O planejamento deve visar a descentralização desde a formulação à implementação do plano.

Diferentes autores, como os brasileiros Beni (2006), Barreto (2000), entre outros, concordam com a afirmativa de que é crucial o papel da comunidade em todo o planejamento e implantação da atividade. O envolvimento da comunidade local, assim, deve visar o:

“engajamento em “educação, hospitalidade e na compreensão da atividade turística; a promoção da integração e participação social das comunidades locais no planejamento turístico regional; a indução da conscientização para preservação dos patrimônios históricos, culturais, arqueológicos e ambientais; e a capacitação e utilização da mão de obra local” (Alfonso 2009 4).

Porém, o envolvimento de diferentes setores da comunidade no planejamento turístico, também denominado planejamento participativo, trata-se de assunto delicado. Segundo Cardozo (2008 9):

“alguns modelos de planejamento ultrapassados, ou que não valorizam a localidade como um todo, tende a obter resultados tendenciosos, e sendo a comunidade local aquela que mais sofre os impactos da atividade turística, é necessário ouvi-la, mas não apenas, e sim considerar suas colocações, necessidades e intuítos. Essa é a essência do planejamento participativo” Cardozo (2008 10) .

Ainda segundo a autora o planejamento participativo não deve ser visto como uma consulta, ou apenas sensibilização da comunidade ou conscientização turística. Deve atender às exigências e solicitações das partes envolvidas. Cardozo (2008) ainda afirma que não se trata de um processo simples, considerando os conflitos e a ausência de metodologias disponíveis para tal, e principalmente devido às peculiaridades locais.

Ciente da necessidade de Metodologias de desenvolvimento de turismo sustentável participativo, aplicáveis a diferentes contextos, Cardozo (2008) propõe uma metodologia que aponta os seguintes itens como essenciais:

- estar de acordo com a Política Estadual ou Nacional de Turismo;
- realizar um levantamento da oferta turística potencial e real (inventário) sendo este levantamento fundamental para o envolvimento da comunidade local na discussão;
- efetuar estudo da demanda;
- apontar os participantes do *Trade*, e representantes de diferentes setores da comunidade local para pensar e debater, de forma igualitária, o plano ou programa a ser traçado;
- avaliar os resultados e propor alterações ao plano ou programa durante sua implantação e execução.

É dentro desta perspectiva de planejamento participativo e sustentável do turismo que se entende a aproximação entre Turismo e Arqueologia.

A arqueologia, assim como o turismo, desde seus primórdios se desenvolveu de forma elitista. Inicialmente ela foi pensada a partir dos museus, que eram espaços de guarda, fruição e poder. Apenas muito recentemente passou a ganhar importância o caráter social da disciplina.

A partir da década de 1990 do século XX, se fortalece no Brasil a chamada arqueologia pública, “entendida como toda a pletora de implicações públicas da disciplina, do cuidado pelo patrimônio à defesa dos direitos humanos” (Funari 2003 52). A arqueologia além de conquistar espaços nos meios de comunicação, desperta o interesse de vários segmentos sociais, como através das questões de demarcação das terras indígenas e da preservação da memória negra. Segundo Lima (1988), é somente no final do século XX que começa a ser antevisto todo o potencial social e político da disciplina no país.

O avanço da legislação de proteção do patrimônio e a valorização das práticas de caráter educativo, também beneficiaram a extroversão da arqueologia.

A Interferência humana na natureza, que liga o ser humano diretamente ao meio ambiente, favorece a preservação do patrimônio arqueológico devido à um aparato da legislação. Segundo a Constituição Federal do Brasil (2008), em seu artigo 225 “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A proteção do Patrimônio Cultural e Arqueológico brasileiro também foi favorecida por sua vinculação ao Licenciamento Ambiental, que se deu pela legislação que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Segundo a resolução número 01 do CONAMA (1986) em seu artigo 6º inciso I, sugere que referente ao Diagnóstico ambiental deve ser considerado “o meio sócio-econômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio -economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos”.

Mas foi a portaria 230 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de 2002, órgão nacional responsável pela preservação do patrimônio brasileiro, que favoreceu especificamente a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro. Tal portaria disciplinou os

procedimentos arqueológicos a serem executados por qualquer requerente que deseje realizar empreendimentos potencialmente causadores de danos ao Patrimônio Cultural Arqueológico.

Esta legislação, que regulamenta a arqueologia de salvamento no Brasil, também coloca como caráter obrigatório a Educação Patrimonial, proposta que chegou ao Brasil por meio de um seminário organizado por Horta em 1983. Porém, a forma como a Educação Patrimonial vem sendo compreendida no país é problemática, pois trata-se de uma metodologia, que no Brasil é confundida com trabalhos múltiplos de extroversão e divulgação de projetos e escavações. Uma grande quantidade de relatórios dos projetos de salvamento apresenta a elaboração e distribuição de *folders* como trabalho de educação. Muitas das ações desenvolvidas em tais projetos têm alcance limitado, tanto em número de pessoas, quanto em informação, além de serem pontuais. No Brasil, são poucas as iniciativas que prevêm projetos de longo prazo interessados na democratização do conhecimento arqueológico.

Vários autores como Pardi (2007), Menezes (2006), Bastos (2007), entre outros, têm enfatizado que o conhecimento arqueológico permanece restrito à divulgação entre pares no Brasil. Para estes autores, a divulgação de projetos e pesquisas arqueológicas é feita por meio de apresentações em seminários ou congressos ou de relatórios acadêmicos e que em seguida, ficam guardados nas estantes de bibliotecas especializadas, sem que a comunidade local entre em contato com os resultados. Para Bastos (2007 166) a arqueologia acadêmica no Brasil “não tem trazido em sua sistemática a preocupação com a gestão totalizante do patrimônio arqueológico [...] não contempla a democratização do conhecimento adquirido e em geral produzido para pares e pares específicos, notadamente sem nenhuma transversalidade”.

Vale ressaltar que democratizar o conhecimento arqueológico, não é apenas informar à comunidade sobre as atividades que os arqueólogos vem desenvolvendo no local, inserir a população nas atividades de escavação de sítios, ou simplesmente realizar ações pontuais e ineficientes de educação patrimonial, sem que posteriormente haja um processo de continuidade, de atualização das informações e avaliação dos resultados.

Segundo Funari (2003), “ser arqueólogo implica considerar que os objetos devem ser incluídos no cotidiano das pessoas, de forma a torná-los significativos para a sociedade em geral”. Pois sem conhecimento e “a consciência de que o patrimônio lhe pertence, torna-se inútil pedir ao povo que o respeite, conserve, proteja e se interesse pela atividade de seus administradores, ou pesquisadores” (Schmitz 1988 15). Assim, o turismo pode vir a ser um importante aliado da arqueologia na divulgação do patrimônio arqueológico, sua identificação pela população, sua valorização e reconhecimento como parte importante da identidade brasileira, gerando a consciência da necessidade de sua preservação.

A adaptação de sítios para o turismo, contando com um trabalho conjunto entre turismo e arqueologia, certamente traz mais visibilidade à arqueologia e leva o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico tanto aos turistas, como à comunidade local, favorecendo a identificação da comunidade com os bens arqueológicos. Sem contar que a participação da arqueologia no processo de implantação do turismo pode garantir que a atividade turística seja planejada e estruturada de maneira que vise à preservação dos sítios e do patrimônio arqueológico.

Assim, considera-se de extrema importância a inclusão do patrimônio arqueológico em circuitos turísticos de forma organizada e planejada, de modo a gerar informações possíveis de serem comparadas e utilizadas como exemplos para outras realidades. É neste sentido que será apresentado o estudo de caso sobre o Sertão Alagoano, com o intuito de disponibilizar informações sobre a proposta de desenvolvimento sustentável participativo de turismo arqueológico, por meio de roteiros e circuitos.

ESTUDO DE CASO: PROJETO CIRCUITO ARQUEOLÓGICO DO SERTÃO ALAGOANO. MUNICÍPIOS DE PIRANHAS, OLHO D'ÁGUA DO CASADO E DELMIRO GOUVEIA

O Projeto teve como objetivo principal elaborar uma proposta de Circuito Arqueológico visando a socialização e aproveitamento sustentável dos recursos arqueológicos, históricos e culturais regionais, por meio de um estudo sobre a paisagem e o patrimônio arqueológico e da atividade turística da região do Sertão Alagoano (Zanettini Arqueologia 2008). Tal projeto foi desenvolvido de acordo com as diretrizes nacionais do turismo e com os seguintes pressupostos:

1- O conceito de Paisagem Cultural – que tem como objetivo, segundo a UNESCO, o reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. Tal conceito abrange os sítios arqueológicos como parte dos componentes materiais e imateriais que caracterizam o patrimônio cultural brasileiro, segundo a Política Nacional de Paisagem Cultural do Brasil. Os bens arqueológicos devem ser tomados em conjunto com os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, paleontológico, ecológico e científico (Alfonso 2009).

O conceito de Paisagem Cultural favorece a proteção dos sítios arqueológicos, pois a paisagem cultural é uma forma de patrimônio anteriormente e/ou atualmente habitada. Assim, a preservação deste patrimônio exige ações que visem a compreensão da população do passado e do presente, bem como de seus produtos culturais. “O enfoque do patrimônio habitado é interativo e prevê o envolvimento e participação da comunidade na gestão do patrimônio em que vive” (Zanettini Arqueologia 2008 14).

2- Conceito de Turismo Cultural – Segundo Barreto (2000 19) trata-se de todo turismo em que “o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange”.

3- O Conceito de Ecoturismo – teve origem na década de 60 do século XX, quando foi utilizado para “explicar o intrincado relacionamento entre turistas e o meio ambiente e culturas nos quais eles interagem” (Hertzer 1965 apud Fennell 2002 33). Segundo o conceito estipulado pela Embratur/Ibama ecoturismo é o segmento turístico desenvolvido de forma sustentável, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência preservacionista. Visa ainda a sustentabilidade econômica e social, levando em conta

as peculiaridades locais e regionais, promovendo a inserção da comunidade local em todo o processo de desenvolvimento da atividade.

4- Conceito de patrimônio arqueológico como “a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (Funari 2003 62). Considera-se assim que o homem não deixa seu testemunho apenas nos “artefatos” que produz, mas ele também manipula o meio a sua volta. Aí se dá a importância de se pensar em paisagem arqueológica.

O projeto Circuito Arqueológico do Sertão Alagoano. Municípios de Piranhas, Olho D’Água do Casado e Delmiro Gouveia foi financiado pela 17ª Superintendência do IPHAN em Alagoas. Trata-se de experiência interessante, pois é um dos poucos projetos financiados pelo Instituto que têm como principal objetivo o debate sobre turismo arqueológico e sua estruturação no país.

O projeto surgiu a partir da constatação de um fluxo informal de visitantes aos sítios arqueológicos dos Municípios de Olho D’Água do Casado e Delmiro Gouveia. Esta constatação se deu durante a realização do Programa de Diagnóstico e Ações Emergenciais em Sítios Rupestres, municípios de Olho D’Água do Casado e Delmiro Gouveia, Alagoas, em 2007. Tal programa foi desenvolvido pela empresa Zanettini Arqueologia¹ e teve como objetivos: o levantamento dos sítios arqueológicos rupestres na região do Talhado; a geração de uma metodologia de diagnóstico replicável no monitoramento contínuo do patrimônio em tela; a identificação dos fatores de degradação dos sítios e registros rupestres; a intervenção emergencial para redução e/ou eliminação de vetores de degradação biológicos e físico-químicos; a criação de um prognóstico para conservação dos sítios rupestres em curto, médio e longo prazo; o desenvolvimento de uma ação piloto de educação patrimonial e proposições para o uso público dos sítios identificados (Zanettini Arqueologia 2007).

No decorrer das atividades do Programa, pôde-se evidenciar um fluxo turístico local, visto pela comunidade como uma possibilidade de melhorias sócio-econômicas para os moradores da região onde os sítios estão localizados. Percebeu-se também que o interesse dos turistas fez com que os moradores locais valorizassem o patrimônio arqueológico, buscassem compreendê-lo, o ressignificassem, apresentando interesse em sua conservação e preservação.

O projeto ainda realizou um trabalho inicial de Educação Patrimonial com estas comunidades. Com base nos resultados do programa e cientes da proximidade dos sítios ao Museu do Xingó, inserido em roteiros turísticos convencionais, e do grande fluxo de turistas navegam pelo Rio São Francisco na Região do Talhado, o IPHAN proibiu a visita dos sítios arqueológicos até que um projeto de planejamento sustentável turístico fosse realizado no local. Foi dentro desta perspectiva que a Superintendência do IPHAN em Alagoas propôs o Projeto Circuito Arqueológico do Sertão Alagoano. Municípios de Piranhas, Olho D’Água do Casado e Delmiro Gouveia.

1

É importante compreender que Alagoas é o estado mais pobre do país, apresenta o pior índice de desenvolvimento humano (IDH), o maior índice de analfabetismo e maior coeficiente de mortalidade infantil (Alfonso 2009). A paisagem alagoana é caracterizada pelo bioma Caatinga que é o principal ecossistema existente na Região Nordeste. Contra o desmatamento e o avanço das ocupações, o turismo sustentável vem sendo incentivado “como forma de trazer melhorias sócio econômicas e ambientais à região, apesar do desenvolvimento bastante informal da atividade” (Alfonso 2009 4).

A área em estudo localiza-se na Região Nordeste do Brasil, no oeste do Estado de Alagoas, à margem esquerda do Rio São Francisco, situada nos limites dos municípios Delmiro Gouvêa, Olho D’água do Casado e Piranhas. A rede hidrográfica é composta de córregos e riachos intermitentes. “Tanto o rio São Francisco como seus afluentes da margem esquerda escavaram profundos vales com feições escalonares nas rochas areníticas, conformando sucessivos patamares associados a *canyons* de pequenas a grandes dimensões, com cortes de perfis abruptos, popularmente conhecidos como grotas” (Zanettini Arqueologia 2007 8).

Com a instalação da hidrelétrica de Xingó, formou-se um lago no rio São Francisco, o que acarretou o adensamento populacional na região, inclusive com assentamentos de Reforma Agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nas proximidades dos sítios. Tal adensamento provocou certo desenvolvimento econômico regional, o que acarretou a construção de estradas, desmatamento da vegetação para abertura de roças, queimadas que aumentaram as possibilidades de incêndios e também propiciou um maior contato da população local com os sítios arqueológicos, ameaçando sua preservação.

Existem, porém, na região em questão, iniciativas de preservação ambiental, como por exemplo, o projeto que visa a criação da Área de Proteção Ambiental do Sertão do Carrasco e do Parque Nacional Cânions do São Francisco. A efetivação deste projeto pode favorecer a preservação do patrimônio arqueológico da região do Talhado.

Esta região apresenta centenas de sítios de arte rupestre. Muitos destes sítios foram evidenciados durante as pesquisas relacionadas à construção e implantação da hidrelétrica de Xingó. Segundo o relatório da Zanettini Arqueologia (2007), os sítios rupestres da região apresentam uma das maiores concentrações de grafismos (pintados e gravados) do nordeste, de elaboração refinada com detalhes nos traços e na sinuosidade das figuras. Ainda segundo o relatório, trata-se de um “conjunto singular de manifestações pictóricas, com temáticas e técnicas variadas, aplicadas à diferentes tipos de abrigos e paredes rochosas.” O texto justifica, a partir da riqueza e diversidade dos registros rupestres, e pela ocupação e sinalização em diferentes tipos abrigos ou blocos rochosos, que a área trata-se de região de “intensa atividade e movimento de grupos culturais, tornando-a de especial interesse para a arqueologia do nordeste, em particular aquela devotada à arte rupestre” (Zanettini Arqueologia 2007 41).

Figuras 2 e 3

Diante da importância do patrimônio arqueológico regional, da necessidade de sua preservação, a ciência do fluxo de visitantes já existente aos sítios e da proximidade da região de roteiros turísticos convencionais com alto número de visitantes, foi proposto o planejamento sustentável participativo de um Circuito Arqueológico do Sertão Alagoano. Municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia. As atividades deste Projeto foram realizadas durante meses de pesquisa de campo *in loco*, bem como de análise bibliográfica e trabalhos de gabinete. Os resultados foram apresentados segundo três diferentes etapas: o Inventário da oferta Turística, Diagnósticos da atividade turística e Programa de uso turístico do patrimônio arqueológico da região.

O **Inventário da Oferta Turística** dos Municípios segundo o Ministério do Turismo (2006 10) entende-se por “processo de levantamento, identificação e registro dos Atrativos Turísticos, dos Serviços e Equipamentos Turísticos e da Infra-estrutura de Apoio ao Turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística”. A primeira parte do Inventário foi realizada com o preenchimento de mais de 300 fichas de inventário turístico, sendo estas elaboradas pelo Ministério do Turismo. Optou-se pela utilização de tais fichas pois estão de acordo com a metodologia e as diretrizes aceitas pelo citado Ministério, que trata-se do órgão máximo do Turismo Nacional.

A Zanettini Arqueologia privilegiou um inventário participativo, por estar ciente deste ser uma das bases do desenvolvimento sustentável, seguindo os conceitos de ecoturismo e de Paisagem Cultural. Neste processo foram realizadas oficinas com a população local dos municípios de Delmiro Gouveia e Olho D'Água do Casado como parte do processo de inventariado. As oficinas foram realizadas de acordo com o método ZOPP que propõe a reunião de grupos representativos das comunidades receptoras visando planejamento participativo. Estas foram elaboradas com as seguintes temáticas:

- oficinas de construção da Imagem Turística – buscaram realizar uma reflexão sobre a imagem que se quer dos municípios e como planejá-la a curto, médio e longo prazo. Nestas oficinas foram discutidas formas de alteração da imagem, inserção de novos atrativos, meios de manutenção da imagem, entre outros temas. As discussões se deram principalmente a partir do material turístico elaborado pelos municípios.

- oficinas de Identidade e Patrimônio - visaram maior identificação da comunidade com seu patrimônio. Buscou-se o levantamento de bens patrimoniais naturais, culturais e arqueológicos e criar um debate sobre o patrimônio regional, sua importância e ações necessárias para sua preservação.

- Oficinas de Sensibilização quanto ao Turismo – buscaram mostrar a importância do envolvimento da comunidade em todo o processo de planejamento, implantação, gestão e avaliação da atividade turística. Iniciaram ainda, um trabalho de sensibilização quanto ao turismo, informando sobre a importância da legislação sobre crimes ambientais, e necessidade de preservação do patrimônio e dos sítios arqueológicos. Foram incentivados ainda propostas de estrutura econômica diversificada, ações para capacitação de mão de obra, benefícios igualitários ao envolvidos no processo, entre outros.

Figuras 4 e 5

Foram realizados, ainda, dois Cursos de Capacitação Docente intitulados: “Identidade e Turismo”. Estes objetivaram formar professores multiplicadores sensibilizados e preocupados com o patrimônio regional. No decorrer dos cursos foram propostas ações preservacionistas, e incentivadas discussões sobre a inserção da atividade turística e do respeito aos bens patrimoniais nos programas de aulas, entre outras atividades. Mais de cinquenta professores participaram dos cursos que só foram possíveis devido ao apoio das Secretarias de Educação municipais.

Fez também parte do Inventário da Oferta Turística a elaboração e realização de entrevistas com proprietários e funcionários de meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentação, empresas de transporte, associações de artesãos e taxistas, organizações não governamentais, entre outras, com o fim de levantar novos dados e complementar as informações descritas nas fichas de Inventário preenchidas pelas Secretarias de Turismo dos Municípios envolvidos.

Durante o procedimento de Inventário foram realizadas ações de avaliação dos sítios arqueológicos. Muitos sítios foram re-avaliados a partir da mesma metodologia que havia sido utilizada durante o programa de ações emergenciais de 2007. A continuidade das ações em 2008 propiciou uma avaliação da conservação dos sítios e sinalização destes após um ano do trabalho inicial. Segundo o relatório final do projeto (Zanettini Arqueologia 2008) evidenciou-se que as pinturas e gravuras não sofreram intervenções de natureza antrópica, observando-se apenas intervenções decorrentes de fatores naturais (bióticos e físico-químicos), mesmo com visita informal aos sítios. Durante os trabalhos também foram identificados 16 novos sítios arqueológicos, sendo 2 relacionados a ocupação histórica da região.

O Inventário resultou no levantamento de mais de uma centena de atrativos turísticos, a maioria não estruturada para o recebimento de visitantes. Dentre os atrativos estão rios, fontes, a caatinga, frutas, comidas, musicas, danças, esportes, festas populares e diferentes eventos, igrejas e santos, artesanato, casas coloniais, edificações relacionadas à antiga estrada de ferro, heróis regionais e locais, museus, sítios arqueológicos, entre outros.

Após a realização do Inventário da Oferta Turística foram realizados **Diagnósticos da Atividade Turística** dos municípios. Estes objetivaram uma análise aprofundada das informações levantadas pelo Inventário. Foram elaborados quatro diagnósticos distintos, tendo estes as seguintes temáticas:

1- a oferta de meios de hospedagem – o documento teve como objetivo inventariar e analisar os meios de hospedagem de cada localidade, traçando um cenário da oferta regional. O critério principal de seleção dos estabelecimentos que seriam analisados foi segundo as condições estruturais apresentadas pelos estabelecimentos.

2- a oferta de estabelecimentos de alimentação - o documento teve como objetivo inventariar e analisar os estabelecimentos de alimentação de cada localidade, buscando entender a oferta da região. Os critérios principais de seleção dos estabelecimentos que seriam analisados foram a

indicação dos estabelecimentos por parte dos diretores de turismo e da população local durante as oficinas e entrevistas, bem como os estabelecimentos citados no material turístico das secretarias de turismo municipais.

3- os recursos e atrativos naturais - o documento teve como objetivo inventariar e analisar os recursos e atrativos naturais da região. O relatório apresenta a análise individual dos recursos/atrativos naturais por município. Para efetuar a seleção dos atrativos e recursos naturais foi aplicado o critério de “valor científico e / ou estético excepcional” do bem natural. A seleção foi feita através da consulta a guias de turismo, a trabalhos realizados por outras instituições, ao material de divulgação dos municípios e informações obtidas junto à própria comunidade local.

4- os recursos culturais e arqueológicos - o documento teve como objetivo inventariar e analisar os recursos e atrativos culturais da região. Este foi dividido em três partes, sendo estas: apresentação de recursos regionais, a análise dos recursos e atrativos culturais por município e considerações finais. A seleção foi feita através do material de divulgação dos municípios e informações obtidas junto à própria comunidade local e ao poder público.

Figuras 6 e 7

Ainda com a consciência da importância do envolvimento da comunidade em todo o processo de planejamento sustentável do turismo, procurou-se envolver a comunidade no processo de diagnósticos. Além da análise dos dados e informações obtidas junto à comunidade durante o inventário turístico, ainda foram realizadas reuniões nos municípios envolvidos com vistas a formação de parcerias.

Os principais problemas descritos nos documentos de diagnóstico turístico da região foram a falta de mão-de-obra local capacitada, a ausência de sinalização básica e turística, dificuldade de acesso aos recursos e atrativos e a alguns meios de hospedagem e alimentação, ausência de políticas públicas e diretrizes que regulamentassem a atividade turística, pouca comunicação entre o poder público e a iniciativa privada e ausência de planejamento estratégico. Foi também demonstrado o potencial turístico da região a partir do alto número de recursos naturais e culturais descritos, porém apenas poucos são estruturados podendo ser considerados atrativos. Ressalta-se que muitos recursos recebem visitantes sem a devida estruturação e planejamento.

O Programa de uso turístico do patrimônio arqueológico da região objetivou fornecer proposições para o uso turístico dos recursos arqueológicos evidenciados na região em apreço, sob uma perspectiva sustentável, levando em conta a conjuntura local. O programa apresenta propostas de operacionalização, aplicação e manutenção da atividade turística, indica possibilidades de inserção de outros municípios no circuito, visando o fortalecimento do mesmo dentro de uma perspectiva regional (Zanettini Arqueologia 2008).

A proposta inicial do IPHAN para o Sertão Alagoano previa a formação de um Circuito Arqueológico, porém, após a análise do turismo e da realidade arqueológica regional apresentou uma proposta de formação de um Circuito Turístico do Sertão Alagoano. Este Circuito seria

formado por quatro diferentes roteiros, sendo estes: Roteiro Arqueológico, Roteiro Histórico, Roteiro Religioso e Roteiro Rural.

O Circuito Turístico do Sertão Alagoano foi idealizado a partir das diretrizes do Ministério do Turismo (2006) sobre Circuitos Turísticos. Tais diretrizes sugerem que o planejamento de Circuitos leve em conta:

- Oferta diversificada de infra-estrutura, serviços e preços.
- Demanda diversificada.
- Atrativos multitemáticos.
- Aspectos geográficos.

Seguindo estas diretrizes o Programa de uso turístico do patrimônio arqueológico da região apresentou proposições visando a formação do Circuito Turístico, sendo estas:

A formação de uma comissão gestora do Circuito - no Brasil os Circuitos turísticos apresentam diferentes formas de têm buscado organização. Alguns são geridos por associações, outros por organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento locais ou regionais, entre outras. Para o Circuito do Sertão Alagoano foi proposta que a gestão seja feita por uma associação ou uma comissão gestora oficial, “que envolva equipe interdisciplinar, com representantes do poder público, iniciativa privada e lideranças locais, responsáveis por aprovar e administrar projetos e orçamentos” (Zanettini Arqueologia 2008: 32).

A formação da comissão foi pensada a partir da consciência de que a participação da comunidade local é o que garante a sustentabilidade do processo diante das descontinuidades políticas. Tal definição se deu após a discussão sobre os problemas de continuidade que apresentam diferentes projetos e planos quando o poder público é o responsável. Vale ressaltar que durante o ano de 2007, em um dos municípios avaliados pelo projeto, houve quatro trocas da administração municipal.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estratégico deve seguir as orientações do Ministério do Turismo bem como estruturar a atividade do Circuito dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável participativo. Propôs-se as seguintes ações:

Buscar o envolvimento da comunidade – tanto no processo de tomada de decisões, como no desenvolvimento da atividade faz-se permanentemente necessário. A continuidade dos trabalhos de devem seguir, pelo menos, três diferentes temas:

- 1- Pensar e re-pensar o turismo
- 2- Capacitação para a atividade turística
- 3- Educação patrimonial contínua.

Regulamentação da atividade e possibilitando políticas públicas - A regulamentação deve ser discutida entre a comissão gestora, os órgãos Municipais, estaduais e federais responsáveis pelo turismo e pela preservação do patrimônio Cultural e Natural, entre a comunidade e demais interessados.

Incentivar e promover parcerias - intensificar a aproximação e interação entre Município, Estado e União, Universidades, iniciativa privada, fontes de financiamento, entre outras. Foi sugerida a mobilização de agentes que possam contribuir para o fortalecimento da oferta turística e para a formação do circuito.

Elaborar um Plano de Marketing, formas de avaliação e controle – quando se fala em Marketing, não se está propondo apenas a elaboração de material publicitário. É sim um plano composto por produto, preço, praça (distribuição) e promoção; deve acompanhar todo o processo de implantação e implementação das ações do plano desenvolvimento e demais projetos. Devem ser pensados também mecanismos de Controle, Avaliação e Fiscalização com resultados qualitativos e quantitativos dos avanços das atividades turísticas na região.

Formatar Roteiros – a formação de roteiros deve reunir e levantar e disponibilizar dados e informações sobre a região (inventário / diagnóstico), favorecer melhorias na infra-estrutura turística local e regional, auxiliar a iniciativa privada na elaboração de novos roteiros potencializando o receptivo local e apresentar e propor oportunidades de negócios para os investidores (Zanettini Arqueologia 2008).

Foi proposta ainda a inclusão de mais um município no Circuito Turístico. O município de Pão de Açúcar está nas proximidades da região de abrangência do Circuito, este apresenta vários recursos com potencial atrativo diferenciados dos municípios de Piranhas, Delmiro Gouveia e Olho D'Água do Casado, e alguns complementares, como: pinturas e gravuras rupestres, a presença do Rio São Francisco, semelhanças históricas, entre outras.

Essas constituem as recomendações para o planejamento e implantação do Circuito Turístico do Sertão Alagoano. Quanto à formatação do Roteiro Arqueológico do Sertão Alagoano, propõe-se a elaboração de um Plano de Estratégico de Gestão dos Recursos Arqueológicos que em linhas gerais envolva as seguintes ações:

Limpeza e conservação dos sítios – definir os responsáveis e capacitar a mão-de-obra local para realizar as ações.

Sinalização e facilitadores – devem ser pensados de forma a não descaracterizar a paisagem local, de baixa potencialidade de degradação e poluição, entre outras diretrizes da sustentabilidade e do Ecoturismo.

Acesso aos sítios – Melhorias nos acessos e organização de trilhas interpretativas e com o uso de animais seguindo à legislação ambiental.

Estudos Ambientais – faz-se importante a verificação da capacidade de suporte de cada local, em dois aspectos: Volume e intensidade dos fluxos e Porte dos equipamentos. Além de instrumentos relacionados à legislação ambiental brasileira, como: Plano de Manejo e Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).

Gestão dos Recursos Arqueológicos - propõe-se a musealização dos sítios arqueológicos a serem visitados e a formação de um sistema de sítios incorporados à uma Instituição (museológica ou Universitária) e à uma Comissão Gestora multidisciplinar e participativa. Cada uma com atribuições específicas, sendo responsáveis pela fiscalização uma da outra.

Projetos Educativos – estes trabalhos devem ser contínuos e devem incentivar a pesquisa, processos de avaliação, capacitação dos envolvidos, além das atividades de democratização do conhecimento e preservação do patrimônio.

Acesso, sinalização turística e equipamentos de apoio do Roteiro - Sugere-se a elaboração um plano de infra-estrutura turística do roteiro, inserido no plano maior do circuito.

Envolvimento da Comunidade e Formação de Parcerias – O envolvimento deve abranger o processo de tomada de decisões, capacitação para a elaboração de produtos específicos voltados ao turismo arqueológico, recepção dos turistas e sensibilização quanto ao turismo. As parcerias devem envolver os diferentes segmentos interessados no desenvolvimento do roteiro.

Elaborar um Plano de Marketing, formas de avaliação, controle e fortalecimento – devem ser planejados estudos de público e pensada a imagem do roteiro arqueológico, de forma a não descaracterizar-se a médio e longo prazo, prejudicando a longevidade do roteiro.

Agregar valor ao produto – envolver diferentes atrativos ao roteiro, como museus de arqueologia e sítios arqueológicos históricos, visando seu fortalecimento.

Estas foram as ações propostas para a efetivação do Roteiro Arqueológico do Sertão Alagoano. Vale ressaltar que as atividades realizadas pelo Projeto Circuito Arqueológico do Sertão Alagoano. Municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia iniciaram várias ações propostas pelo Programa de uso turístico do patrimônio arqueológico da região.

O número expressivo de recursos e atrativos identificados pelo inventário turístico, o alto interesse de participantes nas mais diversas oficinas e cursos realizados pelo projeto, interesse e apoio do poder público e a demanda turística já existente demonstraram o potencial da região para a formação de um circuito turístico e roteiros sustentáveis e participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto desenvolvido para o Sertão Alagoano é um exemplo interessante para se pensar uma proposta de gestão e planejamento sustentável participativo da atividade turística e do patrimônio arqueológico. As atividades realizadas possibilitaram tentativas de aproximação e envolvimento da comunidade com a atividade turística e com os patrimônios cultural e natural regional.

Favoreceram também a democratização do conhecimento arqueológico e a preservação dos sítios arqueológicos da região.

O projeto não só evidenciou o patrimônio arqueológico como relevante recurso de potencial turístico, mas também demonstrou a importância de outros bens patrimoniais culturais e naturais. Envolveu e sensibilizou as comunidades locais para a preservação do patrimônio e formou multiplicadores de ações preservacionistas. Bem como favoreceu possibilidades de melhorias sociais e econômicas à uma região de extrema pobreza.

A Metodologia apresentada mostra-se de acordo com o modelo participativo proposto por Cardozo (2008), e pode ser aplicado com facilidade a diferentes contextos. As atividades e propostas procuraram ser elaboradas e realizadas de acordo com as Políticas Estadual e Nacional de Turismo. Assim como sugere Cardozo (2008), foram realizados os levantamentos da oferta turística potencial e real envolvendo a comunidade em todo o processo de inventário, análise, com proposta para uma participação igualitária da sociedade no plano ou programa a ser implantado. Ainda foi apontada a necessidade de formas de avaliação da atividade durante sua implantação e execução. A metodologia utilizada permitiu também o questionamento dos instrumentos de elaboração de Inventário da Oferta Turística propostos pelo Ministério do Turismo do Brasil, pois estes não se mostraram aplicáveis à diferentes realidades sócio-econômicas, geográficas e patrimoniais.

Muitos dos resultados positivos foram possíveis devido à continuidade de projetos em uma mesma região. O projeto realizado em 2007 possibilitou uma análise aprofundada da paisagem e do patrimônio arqueológico regional e identificou o fluxo turístico existente nos municípios envolvidos. O conhecimento aprofundado de outros municípios do Sertão Alagoano, pela Zanettini Arqueologia, possibilitou não só uma análise comparativa, mas também uma ampla compreensão do potencial turístico regional.

Outro fator relevante do projeto foi a iniciativa do IPHAN em solicitar e financiar um estudo voltado para o desenvolvimento turístico de forma sustentável. Tal atitude demonstrou um amadurecimento dos profissionais responsáveis pela preservação do patrimônio cultural nacional, com relação ao uso sustentável dos bens patrimoniais.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à Zanettini Arqueologia, em particular ao Paulo Zanettini, à CAPES, à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e ao Museu de Arqueologia e Etnologia ambos da Universidade de São Paulo, à 17ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e às Prefeituras Municipais de Delmiro Gouveia e Olho D'Água do Casado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfonso, L. 2009. O Patrimônio Arqueológico e sua vinculação a Circuitos Turísticos Não-Convencionais no Brasil. *Revista Digital História e História*. Disponível em: < <http://www.historiaehistoria.com.br/>>. Acesso em: 04 Nov. 2009

Bastos, R. L. 2007. A Arqueologia Pública. Mori, Souza, Bastos, Gallo (orgs). Patrimônio: Atualizando o debate. São Paulo: 9a. SR/IPHAN, p. 157-167.

Barreto, M. 2000. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papyrus.

Beni, M. C. 2006. *Análise Estrutural do Turismo*. São paulo: Senac 11 ed.

Cardozo, P. 2008. Planejamento Turístico Participativo: para além dos discursos uma proposta para execução. Disponível em: < <http://www.partes.com.br/turismo> >.

Fennell, D. A. 2002. Ecoturismo: Uma introdução. São Paulo: Contexto.

Funari, P. P. 2003. Arqueologia. São Paulo: Contexto.

IPHAN. 2002. Portaria N° 230, de 17 de dezembro de 2002.

Krippendorf, J. 1985. Sociologia do Turismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Lima, T. 1988. A Patrimônio arqueológico, ideologia e poder, *Revista de Arqueologia*. 5, p. 19-28

Ministério do Turismo do Brasil 2005. Roteirização Turística - Módulo Operacional 7. Brasília.

Ministério do Turismo. c2006. Roteiros Turísticos. Roteiros do Brasil: Programa de Regionalização do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>>.

Ministério do Turismo. 2006. Inventário da Oferta Turística - Instrumento de pesquisa – Formulários / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo,.

Ministério do Turismo. 2007. Turismo e Sustentabilidade. Portal Brasileiro do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>.

Ministério do Turismo do Brasil 2009. Site oficial do Ministério do Turismo do Brasil.

OMT. 2002. Contribuciones de la organización mundial del turismo a la cumbre mundial sobre el desarrollo sostenible. Johannesburgo.

Pardi, M L. 2007. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro; IPHAN, n. 34. p.305-337.

Schmitz, P. 1988. O Patrimônio Arqueológico Brasileiro. *Revista de Arqueologia*. 5: 11-18

Zanettini Arqueologia 2007. Programa de Diagnóstico e Ações Emergenciais em Sítios Rupestres, municípios de Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia, Alagoas. Relatório Final apresentado à 17ª Superintendência Regional do IPHAN.

Zanettini Arqueologia 2008. Circuito Arqueológico do Sertão Alagoano. Municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas. Relatório apresentado à 17ª Superintendência Regional do IPHAN.

NOTAS DE RODA PÉ

Vale ressaltar que a Zanettini Arqueologia trata-se de empresa privada especializada em elaboração e realização de trabalhos de arqueologia preventiva.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	09
Figura 2	10
Figura 3	10
Figura 4	11
Figura 5	11
Figura 6	13
Figura 7	13

Figura 1



Arte Rupestre em Olho D'Água do Casado-Alagoas. (Zanettini Arqueologia, 2008)

Figura 2



Arte Rupestre em Olho D'Água do Casado-Alagoas. (Zanettini Arqueologia, 2008)

Figura 3



Arte Rupestre em Olho D'Água do Casado- Alagoas. (Zanettini Arqueologia, 2008)

Figura 4



Oficina de Sensibilización quanto ao turismo em Delmiro Gouveia (Zanettini Arqueologia, 2008).

Figura 5



Oficina participativa realizada na Comunidade da Cruz (Zanettini Arqueologia, 2008).

Figura 6



Visão geral do Complexo Angiquinho no Rio São Francisco – Delmiro Gouveia - Alagoas. (Zanettini Arqueologia, 2008)

Figura 7



Antiga Estação Ferroviária, hoje Museu de Delmiro Gouveia - Alagoas. (Zanettini Arqueologia, 2008)